



SENADO FEDERAL  
Comissão Especial das Obras Inacabadas

## **Comissão Especial das Obras Inacabadas**

### **Proposta de Plano de Trabalho e Fiscalização**

Presidente: Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**

Relator: Senador **WILDER MORAIS**

Membros Titulares: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**  
Senador **ELMANO FÉRRER**  
Senador **HÉLIO JOSÉ**  
Senador **HUMBERTO COSTA**  
Senador **ROBERTO MUNIZ**  
Senador **TELMÁRIO MOTA**

#### **1. Apresentação**

Não é raro ouvirmos notícias acerca de vícios diversos que acometem a boa gestão da coisa pública. Problemas no planejamento da atuação estatal e na alocação de recursos públicos são pautados diariamente nos meios de comunicação, causando indignação na sociedade.

No campo das obras públicas, essa ineficiência da atuação do Estado tem como reflexo maior o atraso na conclusão de obras e, em última análise, a disseminação de empreendimentos inacabados por todo o território nacional. Trata-se, em ambos os casos, de clara espécie de desperdício de recursos públicos, os quais poderiam ser aplicados em áreas mais caras à melhoria de vida da população.



SENADO FEDERAL  
Comissão Especial das Obras Inacabadas

Nessa temática, são sempre válidas as palavras do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União Valmir Campelo:

Na quantificação do potencial prejuízo que o estado de paralisação desses empreendimentos acarreta aos cofres públicos, além de se considerar o montante já empregado, (...) devem ser levadas em conta outras circunstâncias, tais como a não-realização dos benefícios que a utilização da obra inconclusa geraria para a população, além do custo associado ao desgaste das estruturas e parcelas já concluídas, que, por permanecerem muito tempo sem execução, acabam sendo degradadas pela ação deletéria do tempo e das intempéries.

Em resumo, uma obra paralisada gera muito mais prejuízo do que apenas aquele representado pelos recursos até então inutilmente nela empregados. (Acórdão nº 1.188/2007-TCU-Plenário)

Essa realidade se agrava ainda mais diante do quadro de considerável restrição fiscal vivenciado pelo país. Ante a carência de recursos públicos suficientes para fazer frente às necessidades do estado brasileiro, o desperdício de verbas alocadas em obras que não virão a gerar benefícios à sociedade é matéria que merece a atenção desta Casa do Congresso Nacional.

Cabe destacar que este Senado Federal já se debruçou por duas oportunidades sobre a questão das obras inacabadas. A primeira se deu em 1995, no bojo da Comissão Especial de Obras Inacabadas, e a segunda, entre 2003 e 2005, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Ocorre que os problemas outrora verificados ainda persistem no cotidiano da Administração Pública. Dessa forma, a instauração desta Comissão Especial das Obras Inacabadas tem o condão de propor soluções sobre o tema. Assim, será possível avaliar detalhadamente os obstáculos que dificultam a conclusão de obras públicas, realizar estudos detalhados sobre suas causas e propor soluções definitivas para a melhoria da gestão pública nessa seara, reforçando o papel fiscalizador do Poder Legislativo.



SENADO FEDERAL  
Comissão Especial das Obras Inacabadas

## **2. Delimitação de escopo e objetivos**

Para fins dos trabalhos a serem desenvolvidos nesta Comissão Especial, o termo obras inacabadas abrange as obras custeadas, total ou parcialmente, com recursos federais que foram iniciadas e paralisadas; que, embora em andamento, estejam atrasadas em relação ao cronograma inicialmente previsto; e que não se iniciaram a despeito de a despesa correspondente ter sido regularmente empenhada.

Feita essa delimitação, esta comissão tem por objetivos acompanhar e fiscalizar os recursos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nas condições descritas, apontando suas causas e, se possível, identificando responsabilidades; propor medidas legislativas capazes de sanear os problemas identificados, evitando novas ocorrências; e avaliar o grau de exequibilidade, relevância e complementaridade dos objetos financiados, para fins de indicação de prioridades para conclusão.

## **3. Atividades Propostas**

Para que sejam alcançados os objetivos deste Colegiado, sugere-se que a comissão realize as seguintes atividades:

- Realização de audiências públicas com Ministros, Secretários, Governadores, Prefeitos e Caixa Econômica Federal, Conab, EPL, entre outros;
- Realização de audiências públicas com entidades da sociedade civil organizada (CNA, CNT, CNI);
- Realização de reunião com órgãos fiscalizadores e/ou acatadores de direitos difusos e coletivos (Ibama, Iphan, Funai, TCU e CGU)
- Requisição de informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);



SENADO FEDERAL  
Comissão Especial das Obras Inacabadas

- Requisição de informações aos Ministérios empreendedores (Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Ministério dos Transportes) ;
- Requisição de informações à Controladoria-Geral da União (CGU);
- Requisição de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- Avaliação da necessidade de se solicitar auditorias específicas ao TCU;
- Visitação *in loco* de obras pré-selecionadas;
- Identificação de proposições legislativas que visem à melhoria da gestão de obras públicas;
- Identificação de atores sociais relacionados ao tema; e
- Realização de seminário.

Após o recebimento das informações requisitadas ao MPOG e aos órgãos federais de controle interno e externo, deverá ser apresentado à Comissão um relatório preliminar, consolidando as informações recebidas.

De posse desses dados, será possível estabelecer visitas *in loco*, por amostragem, dentre as obras de maior relevância elencadas. Ademais, em caso de necessidades de informações mais detalhadas, este Colegiado poderá solicitar trabalhos de fiscalização específicos ao TCU, órgão auxiliar do Congresso Nacional em sua atividade de controle externo.

Em outra frente, revela-se salutar que a Comissão identifique os projetos de lei que já se encontrem em tramitação no Congresso Nacional e que tenham por objetivo aprimorar a gestão de obras públicas. Tais proposições poderão ser encampadas ao final dos trabalhos desta Comissão Especial, de sorte a tornar mais eficiente a atuação do Parlamento.

#### **4. Cronograma**



SENADO FEDERAL  
Comissão Especial das Obras Inacabadas

Ante o exposto, propomos o seguinte cronograma para as atividades da Comissão, o qual, destaca-se, não se revela peremptório, podendo ser ajustado em razão das futuras necessidades do Colegiado:

Data	Atividade	Local	Convidados	Temas
Dezembro	Requerimento de informações	Brasília	MPOG, CGU e TCU	Informações acerca de obras financiadas com recursos federais que se encontrem paralisadas, atrasadas ou que, apesar de a despesa ter sido empenhada, não se iniciaram.
<b>Apresentação de Relatório Preliminar - informações consolidadas</b>				
Fevereiro	Visitação de obras	A definir	-	Vistoriar, <i>in loco</i> , a situação de obras pré-selecionadas.
Março	Pesquisa	Brasília	-	Identificar proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional que visem à melhoria na gestão das obras públicas.
Março	Audiência Pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7	MPOG, CGU, TCU, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) e Câmara Brasileira	Os desafios da gestão de obras públicas no Brasil: uma visão sobre as causas do atraso e da interrupção na execução dos empreendimentos



SENADO FEDERAL  
Comissão Especial das Obras Inacabadas

<b>Data</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local</b>	<b>Convidados</b>	<b>Temas</b>
			da Indústria da Construção (Cbic)	
Abril	<b>Apresentação de Relatório Preliminar</b>			
Abril	Seminário	Congresso Nacional	Parlamentares e servidores que tenham interesse no tema.	
Abril	<b>Apresentação de Relatório Final</b>			